

Diógenes e Alexandre

Alexandre, o Grande, quis conhecer Diógenes, mas, aproximando-se do barril onde o velho filósofo morava, postou-se entre ele e o sol. Indagou qual o seu maior desejo, que o satisfaria na hora — riqueza, poder, viagens, qualquer coisa que Diógenes quisesse, teria a partir daquele momento. A resposta foi singular: não me tires aquilo que não me podes dar. Referia-se à luz do sol, obacurecida pelo visitante.

A história singela se conta com um propósito, guardadas as proporções: Diógenes é o País, pleno de sabedoria, pobreza e ceticismo; Alexandre é a Assembleia Nacional Constituinte, poderosa e capaz de alterar tudo, ou quase tudo, na medida em que depende dela decidir sobre a ordem econômica, a ordem social, o sistema de governo, os direitos e as garantias individuais e muito mais coisa.

O País, se não pode nada, nem quer, sabe de tudo. Percebe os fenômenos, antecipa as mutações, mas, por opção ou necessidade, mora num barril. O problema é que a Assembleia Nacional Constituinte está, neste momento, retirando do País o único bem de que ele dispõe, ou dispõe, o qual jamais lhe será dado por deputados ou senadores: a tranquilidade. E a luz do sol, no episódio acima referido.

Entendimento?

A semana constituinte começa amanhã sob um frágil signo de entendimento, que talvez não chegue até sexta-feira. Entrará em discussão o Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais. Em sucessivos capítulos, serão examinados os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais, a nacionalidade, os direitos políticos e os partidos políticos. Há, no conjunto, princípios pacíficos e princípios explosivos, polêmicos e de sutilezas óbvias. A tentativa, quinta-feira, de conversar sobre um deles durou menos de três

minutos. Representantes do Centro e das esquerdas não conseguiram nem sequer promover a leitura das duas principais opções para a questão da estabilidade no emprego. Haverá de tudo, quando ela chegar ao debate, assim como quando se cuida dos crimes de terrorismo, da liberdade de imprensa, da prisão em flagrante, da propriedade privada, das ações de inconstitucionalidade, da greve, das jornadas de trabalho, da perda de nacionalidade, das ilegalidades, da formação de partidos políticos e muito mais.

Com entendimento, de resto previsto, a matéria tomaria pelo menos um mês de debates. Sem ele, só Deus sabe. O acordo celebrado quinta-feira para a aprovação do preâmbulo e do título I, genérico e com cinco artigos, quer dizer muito pouco, ainda que tenha significado a superação do primeiro impasse. Um pouco de realismo é sempre importante na observação da fase final dos trabalhos constituintes, pois de otimismo o universo anda farto.

Propriedade do corpo

Terça-feira será discutida emenda da do deputado Alvaro Valls ao artigo 6 do projeto de nova Constituição, estabelecendo que se não houver manifestação expressa da pessoa determinados órgãos de seu corpo, depois da morte, poderão servir para transplantes. A lei brasileira, hoje, adota a prerrogativa oposta, isto é, os órgãos só são utilizados para transplante se ela tiver detizado autorização formal. O parlamentar fluminense, presidente do PL, tem a ideia que o Brasil poderá estar dando um grande exemplo para o mundo, com a inovação. Pelas estatísticas que possui, 300 mil brasileiros estão condenados à morte por não disporem de recursos para efetuar semanalmente a hemodiálise. Mas estariam salvos caso pudessem recorrer ao transplante de rins.